



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Programa de Pós-graduação Educação: Currículo  
Revista E-Curriculum  
<http://www.pucsp.br/ecurriculum>

## A AVALIAÇÃO FORMATIVA COMO PROCEDIMENTO DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE

### THE FORMATIVE EVALUATION AS A PROCEDURE OF TEACHING QUALIFICATION

**RIOS, Mônica Piccione Gomes**

[acinompiccione@yahoo.com.br](mailto:acinompiccione@yahoo.com.br)

#### **RESUMO**

O presente ensaio refere-se à avaliação formativa como procedimento de qualificação docente, visando o exercício da práxis pedagógica na direção da melhoria do ensino e mudanças curriculares, considerando as políticas públicas de avaliação.

**Palavras chaves:** avaliação formativa, currículo, políticas públicas.

#### **ABSTRACT**

The following assignment concerns to the formative evaluation as a base to the qualification of the academically teaching, having as goal the pedagogical practical on the direction of teaching improving and curricular changes, considering the public politics of evaluation.

**Key words:** Formative evaluation, curriculum, public politics



A função formativa da avaliação, numa perspectiva ampla, supõe uma ação do avaliador em direção ao desenvolvimento e crescimento do avaliado. Diversos autores têm focado a avaliação formativa como possibilidade de melhoria do desempenho. O conceito de avaliação formativa se opõe à avaliação somativa enfatizando a importância do processo e não do produto. A noção de avaliação formativa foi proposta por Scriven em 1967 quando ao classificar na década de sessenta, as funções de avaliação definiu a função formativa como processo de fornecimento de informações a serem utilizadas na melhoria do desempenho, ainda que esta melhoria estivesse sob o poder do avaliador.

A regulação das aprendizagens, uma das lógicas da avaliação, de acordo com Perrenoud (1999), conta com a participação do avaliado tendo como primado à auto-avaliação, o que desencadeará a auto-regulação.

A auto-avaliação privilegia o autocontrole e a metacognição. O primeiro corresponde a uma avaliação contínua, despertando o olhar crítico sobre o que se faz, durante o processo. A segunda desencadeia um processo mental através do qual o sujeito toma consciência das atividades cognitivas em desenvolvimento. Assim, “a metacognição é sinônimo de atividade de autocontrole refletido das ações e condutas do sujeito que aprende” (HADJI, 2001, p. 103). O exercício da metacognição pode ser empregado no desenvolvimento dos professores, pois, implica um processo de aprendizagem dos professores, que pode ser vista como uma orientação intencional que desencadeia questionamento ou investigação sobre um aspecto que o próprio professor considera que necessita ser mudado.

A auto-avaliação do docente constitui-se em elemento fundamental para as inovações pedagógicas e realização de mudanças no currículo. Implica uma reflexão metacognitiva devido à tomada de consciência que se opera em um diálogo interno, alimentado pela linguagem do outro que implicará oportunidade para exercer a auto-regulação. Dessa forma potencializa a capacidade do docente gerir seus progressos e transpor obstáculos, rompendo com os limites que impedem o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

O diálogo estabelecido entre avaliador e avaliado favorece o desenvolvimento da cultura da avaliação formativa posto que formativa está relacionada a movimento, “uma forma ativa”, favorecendo o acompanhamento do avaliador sobre as dificuldades



apresentadas pelo professor, contribuindo para o processo de reflexão. A interatividade constitui um dos pontos mais importantes da avaliação formativa que permeada pelo diálogo é antes um processo de humanização e contribui para que o sujeito avaliado torne-se consciente do seu próprio desenvolvimento desencadeando a motivação intrínseca, isento de possíveis recompensas ou punições. A avaliação formativa implica um processo não punitivo e excludente, mas orientado por princípios éticos que compreende a situação do professor e assiste o seu desenvolvimento.

Numa concepção progressista de avaliação formativa a intervenção para que seja eficiente e eficaz deve ser diferenciada, considerando as visões de homem, mundo, sociedade, representações, que implicam múltiplos olhares sobre a educação e que, portanto, desencadeiam o desafio de contribuir para que o conjunto da prática pedagógica do corpo docente esteja engajado num mesmo paradigma.

A função da avaliação num contexto de formação está relacionada aos objetivos da Instituição, sendo assim, faz-se necessário que o processo avaliativo favoreça a construção de uma postura pedagógica sem, contudo, desconsiderar as diferenças individuais. Nessa perspectiva a avaliação formativa assume função de regulação integrando o propósito de formação individualizada, na tentativa de articular as características dos professores com as finalidades da Instituição. Não se trata de moldar e controlar o comportamento dos professores visando à sua adaptação ou o seu desligamento da Instituição. Mas, trata-se de garantir a sua inserção, considerando o projeto político pedagógico da Instituição.

No contexto de formação a avaliação formativa segue algumas etapas. A coleta de dados por meio de fontes e procedimentos diversificados para posteriormente analisar e diagnosticar aspectos desenvolvidos e aspectos que necessitam ser desenvolvidos tanto em nível individual quanto em nível coletivo. Esse diagnóstico deve gerar ações interventoras para superação das dificuldades. Vale ressaltar que a formação individualizada não privilegia a ação individual mais gera intervenções que consideram as necessidades individuais, visando ao trabalho coletivo.

A avaliação formativa ao contribuir para que o sujeito avaliado reflita sobre si a partir da compreensão sobre o próprio desempenho, possibilita o aperfeiçoamento de suas intenções/ações, o que certamente terá reflexos na melhoria da qualidade do ensino.



Enfatizados por Cappelletti (1997), os múltiplos objetos da avaliação mostram a amplitude e complexidade da avaliação, tornando-a poderosa e mítica, quando seu caminho deveria abrir um espaço para práticas mais simples e mais eficazes.

A evolução da concepção de avaliação identifica no paradigma construtivista a negociação que abrange aspectos humanos, políticos, sociais, culturais e éticos. O avaliador guiado pela imparcialidade procura ouvir as partes envolvidas no processo.

O novo milênio é caracterizado pela potenciação que permite ao avaliado a descoberta e o uso das suas potencialidades sendo, portanto, autoformativa.

A evolução da concepção de avaliação, porém, não tem sido identificada nas práticas avaliativas. A avaliação classificatória, a serviço da seleção tem sido marcante e está presente no cotidiano pedagógico.

Apesar dos estudos demonstrarem que há um discurso em prol de mudanças no processo de avaliação, inclusive de paradigmas, tais mudanças não têm sido testemunhadas na prática. Há que se minimizar a eloquência dos discursos e maximizá-las nas ações avaliativas. Há, pois, que se romper com a dicotomia entre o discurso e a prática. Das intenções às ações, da utopia à realidade, constitui-se trajetória a ser percorrida pelo professor que, em construção, deve buscar o exercício de práticas avaliativas que contribuam para mudanças.

Romper com as tendenciosidades das práticas avaliativas exige criatividade e criticidade que incidem na produção de práticas inovadoras. De acordo com Abramowicz (1996), o rompimento com práticas avaliativas cristalizadas ameaça o equilíbrio estável consagrado tradicionalmente.

A avaliação vista sob esse prisma, “acaba tornando-se uma realidade mítica acima e a parte de todo o processo pedagógico, que só pode ser realizada por técnicos altamente especializados em parafernalias tecnológicas, desviando-a de suas raízes sociais, emprestando-lhe um caráter técnico-instrumental” (CAPPELLETTI, 1997, p. 95). Sua natureza passa a ser invasiva, beirando a arrogância, e refletindo as relações de poder na avaliação, à medida que os avaliadores atuam como mensuradores numa postura autoritária.

Vivenciar a coexistência de paradigmas avaliativos diferentes não é uma experiência confortável e pode confundir o professor, não só na sua condição de avaliado

como também na sua condição de avaliador. Essa condição real, se não puder ser mudada em curto prazo, não pode ser ignorada.

É também no confronto crítico entre modalidades de avaliação (mais) formativas *versus* modalidades de avaliação (mais) seletivas ou socialmente discriminatórias que se podem discutir e perceber, nomeadamente ao nível das práticas e políticas da educação, algumas das lógicas e estratégias de regulação social e emancipação (AFONSO, 1998, p. 60).

Desenvolver um processo de avaliação que edifique o professor no sentido de fazer sentir-se responsável pelos processos de ensino e aprendizagem, com possibilidades de contribuir para a transformação social pode ser um atenuante, ainda que paradoxal, para as distorções muitas vezes ocasionadas pelas políticas públicas de avaliação.

Uma avaliação mais justa do ponto de vista ético deve contribuir para o avaliado assumir o poder sobre si mesmo, numa relação de transparência estabelecida com o avaliador, segundo o princípio da avaliação formativa, que deve estar a serviço daqueles a quem diz respeito.

O processo de avaliação exige seriedade, respeito, compromisso e competência técnica, humana, política, social e ética. Conduzir um processo de avaliação requer um profissional sensível, criativo, solidário e comprometido com a libertação.

No processo de avaliação do docente não há sobrepujança de papéis, mas um encontro para refletir sobre o cotidiano. Assim, o avaliador está - com o avaliado. Estar - com supõe uma situação de solicitude na qual o avaliador e avaliado, no diálogo, poderão entender mutuamente suas perspectivas, isentos de julgamento de valor.

Trilhar o caminho de uma educação compartilhada, construída em processo de “mão dupla”, na solicitude, exige compromisso político, trabalho, perseverança, “paciência histórica” e [...] não é um processo indolor, mas ao mesmo tempo extremamente prazeroso (CAPPELLETTI, 1999, p. 34).

De acordo com Nunes (2002), o fundamento antropológico da emancipação considera que a condição humana é essencialmente uma condição isonômica. Assim, a emancipação só pode existir entre homens livres e iguais e consiste na representação ética e política da necessidade humana de contar com a ação do outro.

A consciência crítica que possibilita ao professor superar dificuldades tem fundamentos na proposta da avaliação emancipatória (SAUL, 1985), que busca a transformação da realidade a partir da sua análise crítica.



Nessa perspectiva, a avaliação emancipatória contribui para a cooperação a partir de ações coletivas, permeadas pelo reconhecimento intrínseco da importância da ação do outro o que revela o seu caráter eminentemente ético.

A perspectiva de emancipação se dá na construção da avaliação como exercício de metacognição. O professor tem que tomar consciência dos aspectos que necessita mudar e ter subsídios para como mudá-los. É a consciência do próprio processo de aperfeiçoamento que vai possibilitar ao professor o crescimento.

Ao colocar o professor como autor, no exercício da sua autonomia, evita-se um dos maiores riscos da avaliação formativa que é impor processos, distorcendo dados da avaliação.

Como nos ensina Paulo Freire, só aprendemos a participar na medida em que participamos. Promover a participação dos envolvidos é antes um exercício de democracia que contribui para a construção da cidadania. É a participação ativa das pessoas envolvidas na avaliação que potencia a melhoria do ensino.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, M. **Avaliando a Avaliação da Aprendizagem: um novo olhar.** São Paulo: Lúmem, 1996.

AFONSO, A. J. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional.** Braga: Universidade do Minho, 1998.

CAPPELLETTI, I. F. Avaliação Institucional: processo de autocrítica e transformação. **Revista da Associação Brasileira de mantenedores do Ensino Superior**, Brasília, Ano 15, n. 21, Outubro de 1997, p. 95-98.

\_\_\_\_\_. Um relato de experiência em avaliação enquanto processo. In: CAPPELLETTI, I. F. (Org.). **Avaliação Educacional: fundamentos e práticas.** São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 1999.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada.** Porto Alegre: Artmed, 2001.



NUNES, C. **Conferência:** educar para emancipação. Memento Consultoria Pedagógica, Disponível em: [memento@memento.com.br](mailto:memento@memento.com.br). Campinas: UNICAMP, Acesso em: outubro de 2002.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória:** desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 1985.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. **American Educational Research Association Monograph series on curriculum evaluation**. Chicago: Rand McNally, v. 1, , 1967, p. 39-83.

**Recebido em:** julho de 2005.

**Aceito em:** setembro de 2005.

#### **Para citar este ensaio:**

RIOS, Mônica Piccione Gomes. A avaliação formativa como procedimento de qualificação docente. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2005-2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>, acesso em: dd/mm/ano.

#### **Breve currículo da autora:**

Mônica Piccione Gomes Rios é Doutora em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Centro Universitário de Santo André UNIA na graduação e pós-graduação Lato-Sensu e é coordenadora do núcleo de Apoio-Didático Pedagógico, desse mesmo Centro. Leciona no curso de pós-graduação em Docência do Ensino Superior em Turismo e Hotelaria do SENAC de São Paulo. Integra o grupo de pesquisa da PUC-SP coordenado pela professora Dra. Isabel Franchi Cappelletti.

